

Último Censo reitera necessidade de foco nas políticas públicas

Editorial

Valor, 14/10/2025

Dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE revelam as profundas diferenças internas existentes na sociedade brasileira

O Brasil continua sendo um país profundamente desigual, como mostra o Censo Demográfico de 2022 do IBGE. Ainda que não comparáveis a levantamento anterior, de 2010, os dados revelam as profundas diferenças internas existentes na sociedade brasileira e mostram a convivência de regiões com diferenças de renda moderadas, semelhantes ao Chile, como Santa Catarina, com algo extremo, entre a Zâmbia e a Namíbia, no Rio de Janeiro e no Distrito Federal.

A desigualdade no Brasil medida pelo Índice de Gini era de 0,542 em 2022, de acordo com o Censo, que levou em consideração o rendimento domiciliar per capita médio mensal, que inclui todas as fontes — salários, pensões, aposentadorias, benefícios de programas sociais, rendimentos de aluguel e outras origens. O Índice de Gini varia de 0 a 1 e indica que a distribuição de renda é mais desigual em uma sociedade quanto mais perto de 1 estiver. O Brasil é geralmente colocado entre as nações africanas nesse indicador.

Dos trabalhadores brasileiros ocupados, 35,3% ganhavam, em 2022, até um salário mínimo por mês. A participação sobe para 68% quando se considera quem tem rendimento de até dois salários mínimos por mês — são quase sete a cada dez pessoas ocupadas nesta condição. Por outro lado, apenas 7,6% dos trabalhadores estavam no grupo com maiores rendimentos, de mais de cinco salários mínimos por mês.

Rendimentos maiores não significam menor desigualdade. O melhor exemplo é o Distrito Federal, que tem a maior renda domiciliar per capita do país e também a maior desigualdade entre as unidades da federação. Em 2022, o rendimento domiciliar per capita no DF era de R\$ 2.999, a preços nominais daquele ano. O valor era 83,1% superior à média brasileira, de R\$ 1.638, e mais de duas vezes o do Maranhão, que fica no piso da relação, com R\$ 900. Ao mesmo tempo, o índice de Gini do rendimento domiciliar per capita ficou em 0,584 no DF.

Diferentemente, Santa Catarina detém a segunda maior posição em rendimento, mas é o Estado com menor desigualdade no Brasil. Com rendimento domiciliar per capita de R\$ 2.220, a preços nominais de 2022, Santa Catarina registrou o menor índice de Gini entre as 27 unidades da federação, de 0,452. Rio Grande do Sul e Paraná são outros dois Estados que aparecem entre aqueles com os maiores rendimentos e menores níveis de desigualdade. O rendimento do RS foi o quarto mais elevado entre os Estados em 2022 (R\$ 2.042), enquanto o índice de Gini foi de 0,482, o que o torna o terceiro Estado menos desigual. O Paraná, por sua vez, tinha o quinto maior rendimento domiciliar per capita (R\$ 1.965) e o segundo menor índice de Gini (0,482). Entre os municípios, Nova Lima (MG), área de mineração e de condomínios de população de alta renda, lidera nacionalmente em rendimento domiciliar per capita, com R\$ 4.300.

Apesar dos grandes gastos necessários para atender as populações mais pobres e buscar um crescimento mais homogêneo da renda, a tarefa, como mostram os números do IBGE, está muito longe de ser concluída. O Censo é um mapa valioso para que União e Estados concentrem esforços onde são mais necessários. A focalização tem sido abandonada recentemente pelo governo Lula, o que é um erro estratégico. Ela permite o melhor uso possível de recursos em um país, como o Brasil, onde o dinheiro falta.